

# **Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural**

**Nalu Faria**

## **Introdução**

Este texto tem por objetivo fazer uma reflexão sobre o trabalho das mulheres no meio rural, ancorada na economia feminista e no debate sobre a divisão sexual do trabalho. Ao considerá-lo analisa-se o protagonismo das mulheres na resistência camponesa frente às políticas neoliberais e seu esforço de auto-organização como movimento de mulheres ou como integrantes dos movimentos sociais mistos. Também enfatiza a sua força na realização de amplas mobilizações para alterar políticas públicas e na construção de uma nova correlação de forças na sociedade. Discutimos também a necessidade de retomar criticamente estudos, recolocar a ação do Estado neste campo e renovar as reflexões sobre o tema.

No Brasil a vigorosa organização e mobilização de mulheres trabalhadoras rurais ganham destaque no processo da Constituinte no final dos anos 80. Com a ampliação do direito à seguridade social através da garantia da aposentadoria no valor de um salário mínimo, política que representou a mais importante medida para redistribuir renda das últimas décadas. As trabalhadoras rurais conquistaram reconhecimento, embora a efetivação dos seus direitos seja demorada e não altere a relação familiar e o trabalho doméstico. Os movimentos de mulheres do campo são um dos movimentos mais enraizados, contam com maior organicidade e capacidade de mobilização em nosso país, exemplos disso são as três edições da Marcha das Margaridas (2000, 2003 e 2007), os vários acampamentos do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), das mulheres do MST e tantos outros. Estas transformações muitas vezes tardam em ser devidamente analisadas pelos estudos acadêmicos inclusive em função dos tempos necessários a qualquer pesquisa.

O feminismo é a principal ferramenta que contribui para fazer uma leitura crítica da realidade das mulheres. Apesar das diversas abordagens desenvolvidas sobre trabalho (Paulilo, 2004), nas últimas décadas houve um deslocamento do interesse do feminismo seja através das prioridades do movimento de mulheres, seja através da agenda de pesquisa, para temas vinculados à identidade, reconhecimento, direita reprodutiva e participação política. A nosso ver isso foi provocado por um processo de institucionalização do movimento feminista e pela subordinação à agenda do sistema ONU nos anos 90. Se essa foi uma vertente hegemônica que ganhou força coincidentemente com o auge do neoliberalismo, não é menos verdade que uma visão crítica se

manteve e se desenvolveu em setores mesmo que minoritários e invisibilizados que teriam um papel chave no ascenso da resistência e retomada de uma perspectiva de luta.

Também no feminismo ocorre a formação de uma visão oficial e/ou hegemônica que não reconhece as contribuições e abordagens que estão fora do seu foco. Entendendo que a elaboração de uma visão feminista deve combinar estudos acadêmicos com a construção de práticas e políticas nos movimentos, verificamos que algumas práticas e visões são mais analisadas que outras. Incorporar nas análises as diversas abordagens requer das/dos estudiosas/os um acompanhamento exaustivo dos movimentos e seus processos de luta e mais do que isso, exige um permanente e profundo diálogo para que todas as vozes sejam escutadas.

Mesmo com os deslocamentos políticos e teóricos de alguns setores feministas é importante ressaltar que, tanto no movimento, como na academia, existem setores do feminismo identificados com a esquerda que mantiveram ou deram continuidade a uma visão que incorpora a dimensão de classe nas relações de gênero. Assim como nos estudos acadêmicos de caráter feminista continuaram analisando o tema do trabalho. Ao longo das últimas quatro décadas, alguns aspectos foram mais abordados, a exemplo do trabalho informal, nos anos 1990 sob o neoliberalismo e outros temas ficaram em segundo plano: aqui se inclui o trabalho rural.

Hoje o movimento de mulheres está em outro patamar, e já se tem uma produção analítica nos próprios movimentos, além de que na universidade há vários estudos em curso que estão contribuindo para novas reflexões e análises.

## **A economia dominante e a invisibilidade das mulheres**

Ao iniciar uma reflexão sobre o tema é importante referir uma das questões recorrentes no debate sobre trabalho das mulheres: a invisibilidade, principalmente a do trabalho doméstico e o de cuidados. Nesse sentido creio que será importante considerar a trajetória do movimento feminista no pensamento econômico sobre a exclusão das mulheres neste campo de análise e suas contribuições, incluindo aí o conceito de divisão sexual do trabalho.

A economia feminista questiona o paradigma dominante e sua abordagem androcêntrica e contribui para dar visibilidade ao aporte econômico das mulheres. Já a economia dominante não só desconsidera e invisibiliza a contribuição econômica das mulheres, como também oculta e desconhece as elaborações teóricas das feministas. O mesmo ocorreu quando um autor homem incorporou em sua análise o feminismo.

A economia clássica que tem como momento fundador, a publicação do livro de Adam Smith, “A Riqueza das Nações” (1776) tinha uma perspectiva histórica, se preocupava com o trabalho que era visto como fonte do valor das mercadorias. A partir de 1870 perdeu sua força e foi substituída por duas outras correntes, de um lado, a neoclássica (chamada também de marginalista) e de outro, pela abordagem marxista. Em todas essas correntes a perspectiva feminista e em especial a análise do trabalho doméstico teve pouca atenção. A única exceção foi a do economista clássico John Stuart Mill que a partir da colaboração de Harriet Taylor, reconheceu o trabalho doméstico, mas não chegou a integrá-lo no conjunto da análise econômica.

À medida que as economistas feministas contemporâneas retomaram estas reflexões foram percebendo que as contribuições feministas são quase paralelas à formação do pensamento econômico. Cristina Carrasco em seu artigo “*La Economía Feminista: una apuesta por otra economía*” (2006) recupera a contribuição de diversas feministas desde o século XIX, que corresponde ao período de surgimento da primeira onda do movimento feminista, iniciada a partir da segunda metade do século XIX, na Europa e nos Estados Unidos. A autora relata que, entre os temas tratados de forma mais ampla estão: a situação de pobreza das mulheres e seus maiores níveis de pobreza, a igualdade de direitos, o direito ao trabalho; ao emprego, a igualdade salarial e o reconhecimento do trabalho doméstico. Carrasco cita Priscila Wakefield, Victoire Daubie, Barbara Bodichon, Harriet Taylor, Ada Heather-Bigg e Sheppard. Segundo Cristina Carrasco as contribuições destas autoras de alguma forma trataram vários dos temas em debate ainda hoje. Ela conclui afirmando: “alguma maneira, se estava propondo algo que ainda hoje em determinados setores é difícil de reconhecer: o direito individual ao trabalho/emprego.” Nos interessa reter aqui dois comentários da autora. O primeiro se refere ao questionamento que Harriet Taylor promove sobre a pretensa naturalidade da posição econômica e social das mulheres, a caracterização social desta e o papel que desempenha na manutenção do poder social masculino. Ela estava adiantando o que mais de um século depois se conheceria como a categoria de análise de gênero. O segundo se refere ao pioneirismo de Sheppard ao debater a divisão do mundo em dois espaços separados, o público e o privado, a facilidade que promove na exclusão das mulheres do mundo público, o reforço do seu confinamento no mundo privado, e a dependência econômica de seus pais ou maridos. Já no século XIX defendeu o reconhecimento e valorização do trabalho doméstico com argumentos válidos até hoje e discutiu as categorizações estatísticas utilizadas nos censos para classificar as mulheres. Mostrou que eram catalogadas como dependentes, caso não tivessem emprego, e indicou que o trabalho das mulheres cobria melhor as necessidades dos membros da família e em condições muito mais duras que as que suportavam a maioria dos homens.

Economistas afirmam que são falsos os argumentos de que a economia é androcêntrica já que originalmente este é um campo do conhecimento em que as mulheres estiveram ausentes, e que o debate de gênero não estava colocado. Para fazer frente a esta idéia podemos parafrasear as filósofas feministas afirmando que “o estudo do discurso dos economistas nos mostra que muitas vezes – ou quase sempre-, quando há um discurso profundamente misógino é porque paralelamente existe um discurso feminista, nessa mesma época” (Alicia Puleo, 2004).

Cristina Carrasco (2006) diz que “os economistas clássicos de alguma maneira manifestam uma tensão, uma contradição em reconhecer o trabalho das mulheres na família e não incorporá-lo em um esquema analítico que representasse o sistema sócio-econômico global. Esta tensão – salvo exceções – desaparecerá com a economia neoclássica” (inicialmente chamada marginalista) já que a preocupação passa da produção para o mercado e a troca. O debate se centra na utilidade da mercadoria e na conduta do indivíduo no mercado. Dessa forma prioriza o indivíduo como consumidor, de forma indiferenciada, desconhecendo o acesso desigual a recursos. Cada um a partir dos recursos que tem fará um esforço para maximizar sua possibilidade de consumo. Portanto não levam em conta as diferenças de gênero e classe e se realiza uma análise ahistórica: os indivíduos terão sempre o mesmo comportamento.

Nesse período se consolida a separação entre uma esfera pública e outra privada, como a primeira da produção e a segunda da reprodução. Junto com isso há o discurso que as mulheres são destinadas à esfera privada como parte de um destino biológico vinculado à maternidade e logicamente reforçando o desconhecimento da produção doméstica e do papel econômico do trabalho das mulheres na família. No caso da economia marxista não foi diferente. Mesmo Marx, que tem como uma de suas principais diferenças com os neoclássicos uma visão histórica e que considera o valor econômico é determinado pelo trabalho humano, “concentrou sua atenção nos mecanismos internos de funcionamento do sistema capitalista. O trabalho doméstico ficaria marginalizado mais uma vez nesse contexto” (Jean Gardiner, 1999).

Frente a estes debates a economia feminista buscou, em primeiro lugar, visibilizar as mulheres como atorras econômicas, e assim, enfocar o grande volume de trabalho doméstico e de cuidados realizado pelas mulheres. A partir dos anos 1990 ocorre a consolidação da economia feminista como um campo do conhecimento. Diferentes perspectivas existem nesta economia, desde aquelas que propõem apenas incluir as mulheres no paradigma dominante àquelas que questionam tal paradigma e buscam mudanças profundas que impliquem em uma reconceituação, numa ruptura com a visão centrada no mercado e adotam uma proposta que tenha em conta a sustentabilidade da vida humana e seu bem-estar, incorporando tanto o âmbito produtivo como o da

reprodução. O reconhecimento de que esses âmbitos se determinam mutuamente é que fará ver que a reprodução é também parte da economia (M. Leon, 2003). Ou seja, na sociedade capitalista a esfera mercantil e salarial depende do trabalho doméstico e dos bens e serviços que aí se produz. A produção mercantil não é autônoma e depende do trabalho não remunerado nos lares. Nesse sentido há uma falsa autonomia dos homens que utilizam os bens e serviços realizados pelas mulheres.

Entretanto, reconhecer o trabalho reprodutivo como econômico não significa buscar características que o tornem comparável ao trabalho mercantil. É necessário reconhecer que o trabalho doméstico tem características próprias não comparáveis com as de mercado. Seu sentido não é de ganhar benefícios e está fortemente marcado pela dimensão subjetiva. Para a sustentabilidade da vida humana e seu bem-estar há um conjunto de necessidades como de afetos, segurança emocional que é parte das atividades realizadas no âmbito doméstico pelas mulheres.

A Economia Feminista tem se dedicado a estudar e construir elaborações em diversos campos tais como a crítica conceitual e metodológica, o trabalho das mulheres (compreendendo o mercantil, doméstico e de cuidados), globalização, orçamentos com sensibilidade de gênero, etc. Nesse percurso há que se destacar as críticas às estatísticas e sua inadequação para captar o conjunto da realidade e que na verdade manifesta o interesse de uma sociedade patriarcal de ocultar as atividades das mulheres. Essa problemática levou a desenvolver novas propostas estatísticas que permitam registrar o tempo e o trabalho das mulheres.

## **A Divisão Sexual do Trabalho**

Estes debates foram fundamentais para falar de divisão sexual do trabalho, ampliar o conceito de trabalho estabelecido na sociedade capitalista e questionar a responsabilidade das mulheres pelo trabalho doméstico e de cuidados, em função da sua vinculação à maternidade. Essa abordagem se insere em uma visão de que homens e mulheres estão engajados em uma relação social específica que tem uma base material e que disso decorrem práticas sociais distintas e, também, uma relação desigual e hierárquica entre homens e mulheres. (Daniele Kergoat, 1996).

Os homens são designados prioritariamente à esfera produtiva enquanto que as mulheres à esfera reprodutiva, e ao mesmo tempo há a apreensão pelos homens das atividades de maior valor agregado. Essa formulação permite abordar a relação entre produção e reprodução, explica a simultaneidade das mulheres nos trabalhos produtivo e reprodutivo e sua exploração diferenciada no mundo produtivo e no trabalho assalariado.

A presença das mulheres no trabalho assalariado ou no campo não alterou em nada a responsabilidade quase exclusiva pelo trabalho doméstico e o cuidado. Para as mulheres a

realização do trabalho doméstico e de cuidados se coloca como parte de sua identidade primária, uma vez que a maternidade é considerada seu lugar principal. Essa identidade é introjetada de forma profunda pelas mulheres e sua vivência está marcada pela avaliação das funções maternas e valores associados: a docilidade, compreensão e a sabedoria nos cuidados. Na verdade esse discurso da boa mãe é uma construção ideológica para que as mulheres continuem fazendo o trabalho doméstico.

Essa ideologia explica a consideração das mulheres como um recurso inesgotável para suprir as necessidades do cuidado e por uma característica “natural” das mulheres: a conciliação de várias atividades de trabalho em oposição aos homens que necessitam de lazer e descanso para refazer suas forças. Por isso a tendência é repassar para as mulheres os custos de qualquer crise. Se há desemprego na família significa mais trabalho para as mulheres, mais bens e serviços terão que ser produzidos na casa. Da mesma forma quando o Estado quer reduzir gastos nas políticas sociais é sobre as mulheres que recai mais trabalho de cuidados.

No campo essa divisão sexual do trabalho também se estrutura entre o que é realizado no âmbito da casa e no roçado (Miriam Nobre, 1996). Dessa forma historicamente muitas das atividades produtivas realizadas pelas mulheres são consideradas uma extensão do trabalho doméstico. É importante ressaltar que essa modalidade da divisão sexual do trabalho no campo está vinculada à introdução da noção capitalista de trabalho, que justamente reduz trabalho ao que pode ser trocado no mercado.

O fato de que as mulheres realizam várias atividades ao mesmo tempo dificulta e limita a avaliação do tempo gasto com as tarefas domésticas. Duas características permanentes estão presentes: altruísmo e afetividade. Isso explica porque uma mulher casada tem mais trabalho doméstico do que uma que vive sozinha quando deveria se esperar uma diminuição da carga de trabalho em função da existência de dois adultos.

### **O trabalho das mulheres no campo: reflexões conceituais**

Para fazer o debate sobre gênero e a questão rural nos defrontaremos com a necessidade de questionar e/ou problematizar vários temas. Um primeiro é a definição de urbano e rural. No artigo “Urbanas e Rurais a vida que se tem, a vida que se quer”, Emma Siliprandi (2004), recupera o debate sobre o significado do urbano e rural. Se valendo das reflexões de José Eli da Veiga para estimar esta população questiona o critério utilizado pelo IBGE para definir o que é população rural (regiões que produzem alimentos) e considera o número de habitantes dos municípios, a densidade demográfica e as relações com as cidades mais próximas e levanta também a necessidade de

problematizar a sociologia rural, já que desde seus primórdios, teria sido criada como uma sociologia do urbano sobre o rural, “conformando uma forma de refletir sobre um mundo que deveria ser mudado a semelhança de outro que já existe” (Siliprandi, 2004:123). Esta análise reforça nossa visão sobre a necessidade de reconceituar a economia e também sobre a importância de se questionar as hierarquias construídas também nas ciências sociais, já que o urbano aparece como referência para avaliar se, no rural, houve avanços ou não. Visão por muito tempo hegemônica, de considerar que haveria uma tendência natural de avanço do capitalismo sobre o campo.

Estas reflexões devem ser incorporadas nas agendas de pesquisas e reflexões, tarefa que exige mais do que uma acomodação de temas, mas uma verdadeira redefinição conceitual, que apontem para novos modelos de análise.

## **Os dados sobre o trabalho das mulheres**

Os dados sobre a situação das mulheres mostram que ao se mudar algumas condições sociais, as mulheres rapidamente buscam alterar sua condição, na escolaridade, por exemplo, mulheres urbanas e rurais têm níveis superiores aos dos homens, elas aproveitam bem as oportunidades para o trabalho remunerado. Entretanto nas várias experiências positivas que podem ser citadas, o trabalho doméstico e de cuidados é a questão que permanece como núcleo duro onde se encontra resistência às mudanças, tais como indicam os dados analisados. São poucos os relatos onde se constata o início de mudança. Cristina Bruschini no texto “Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado?”, ao analisar os dados da PNAD 2002 (das pessoas que responderam sim para a questão se realizou afazeres domésticos na semana da pesquisa) mostra que não houve muita diferença em relação à localização do domicílio. Embora no meio rural as tarefas domésticas se confundem mais com o trabalho produtivo, as mulheres rurais realizam em média 28,2 horas enquanto que as urbanas 27 horas. No caso dos homens não altera muito se é urbano (10,7) ou rural (10,1 horas).

À medida que aumenta o nível de escolaridade e renda diminui a jornada de trabalho doméstico para as mulheres. No caso dos homens também ocorre o mesmo, mas em todas as faixas o número de horas dedicadas a essas tarefas é bem menor que as horas dedicadas pelas mulheres. Isso indica que essas mulheres e homens repassam parte desse trabalho às outras mulheres e/ou tem mais acesso a bens e serviços no mercado. Sabe-se que nos grupos com menos recursos há uma maior dependência da esfera doméstica e isso se evidencia com mais força no campo.

Mas a questão que se coloca é por que mesmo em situações em que ocorreram algumas mudanças como, por exemplo, conquista de autonomia econômica, as mulheres continuam realizando o trabalho doméstico e ainda considerando uma atribuição sua.

Ainda sobre o tema da jornada de trabalho, no urbano fica bastante visível a tensão vivida pelas mulheres para estar simultaneamente nas duas esferas produtiva e reprodutiva. Por outro lado é aí que se concentram grande parte das mais de seis milhões de trabalhadoras domésticas. Além de que uma grande parte delas não tem garantia dos direitos trabalhistas, representa ainda um traço escravocrata em nosso país, o que faz que a maioria da categoria seja negra. Mas o outro elemento a ser abordado é que para a classe média essa questão atenua e mascara o peso do patriarcado uma vez que as mulheres repassam a outras mulheres grande parte das tarefas domésticas. No caso do campo e para as mulheres pobres em geral não há esse atenuante do patriarcado. É importante notar que em muitas famílias na divisão das despesas o salário da trabalhadora doméstica fica como encargo da mulher. Uma coisa é evidente na cidade: o patriarcado persiste. Às vezes na sua forma mais arcaica ou em versão mais moderna na qual a exigência é que a mulher cumpra o padrão de feminilidade considerado adequado.

O que se constata de forma geral sobre a situação no campo é da existência de uma profunda desigualdade, que é evidente marcada profundamente pela imbricação de classe, gênero e raça-etnia. Por isso as estatísticas apontam a grande porcentagem de população negra e descendência indígena.

Apesar da elevação da renda de setores empobrecidos obtidos dentre outras medidas pelo aumento do salário mínimo, embora que em níveis insuficientes, há uma profunda concentração de renda no Brasil e este fato coloca a maioria das mulheres na base da pirâmide social. Por esse motivo uma vigorosa política de valorização do salário mínimo pode alterar essa realidade, atingindo o conjunto das mulheres, inclusive do campo, seja pela relação com a aposentadoria seja pela possibilidade de valorizar os preços dos produtos agrícolas, já que os atuais contribuem para que população sobreviva com um salário mínimo tão baixo.

Há um início de mudanças no que se refere à posição econômica das mulheres rurais. Embora ainda seja alarmante número de mulheres que em nosso país trabalha sem auferir renda e nesse universo há uma porcentagem de trabalhadoras domésticas, em particular jovens que trabalham apenas em troca de casa e/ou comida.

No contexto de aumento do trabalho para o auto-consumo foi menor entre mulheres do que entre homens e embora os patamares sejam muito maiores para as mulheres, esta mudança veio acompanhada de uma maior elevação da renda das mulheres provocando um refluxo nas taxas do



trabalho sem remuneração. Comparando o ano de 2006, em relação a 2004, verifica-se um aumento de 31,5% dos rendimentos para as mulheres. Do ano de 1993 para 2005 refluíu o trabalho não remunerado passando de 40% para 33,7%. A nosso ver estes dados guardam relação com a estruturação das atuais políticas de acesso a crédito e desenvolvimento rural e da recuperação do salário mínimo. É nesse contexto que as políticas públicas para as mulheres no campo se incluem.

Algumas mudanças positivas ocorreram a partir do governo Lula desde 2003. Isso se deu tanto em nível do diálogo com os movimentos, na destinação de recursos, estruturação das ações e redefinições no arcabouço institucional. As principais ações se dão no âmbito do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (PPIGRE) do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM). Os resultados de tal política já podem ser avaliados em nível de mudanças de alguns dados que se referem ao aumento da remuneração, à diminuição do trabalho para o auto-consumo e um pequeno arrefecimento da migração. Cumpriu um importante papel para essas mudanças o estabelecimento de uma política de crédito específico através do Pronaf Mulher, o Programa Nacional de documentação da Trabalhadora Rural, o fomento a comercialização, ações de assistência técnica e outras. A partir da criação do Pronaf mulher em 2003 há uma ampliação dos contratos efetivados pelas mulheres. A estruturação de um crédito específico para as mulheres respondeu às fortes demandas apresentadas pelos movimentos de mulheres do campo e iniciou com um sobre teto e se tornou uma linha de crédito específica que desloca o acesso da vinculação familiar e garante mais de uma operação por família.

Espera-se que essa tendência se confirme na medida em que se avance na estruturação de tais políticas. Principalmente se avançar de forma significativa o acesso à reforma agrária.

No caso das mulheres camponesas o debate sobre renda e produção para o auto-consumo deve ser visto em relação com a propriedade da terra e as condições de produção. Em assentamentos em que se produz em níveis necessários para o auto-consumo e a comercialização a necessidade da renda monetária é minorada, é o que mostram vários assentamentos do MST. Uma liderança da Marcha Mundial das Mulheres em Mulunguzinho na região oeste do Rio Grande do Norte, integrante de uma horta comunitária agro-ecológica, organizada por mulheres, afirma: “hoje nossos filhos no café da manhã comem mamão com mel e nos achamos isso ótimo e já não pensamos que temos de ter determinados produtos industrializados comprados no supermercado”. Embora esta não seja a realidade de todas no campo brasileiro, devido à precariedade existente, nos indica a necessidade de refletir sobre outra perspectiva na economia e o reconhecimento do valor

econômico de produtos e serviços sem a mediação do mercado. Por outro lado essa questão reforça a necessidade de um regime especial para a previdência e a melhoria dos serviços sociais no campo.

Este é um exemplo de processos coletivos em vários assentamentos vindos da reforma agrária, e em outras da agricultura familiar tradicional, onde se conjugam diferentes formas organizativas, incluindo aí a auto-organização das mulheres, que garantem maior produtividade, geração de renda e estabilidade na comercialização, articulando o econômico, educativo, político.

## **Os movimentos de mulheres no campo**

Hoje há um debate mais aprofundado e desde o ponto de vista das mulheres organizadas no campo e no feminismo, refere-se ao reconhecimento do papel histórico que as mulheres cumprem na garantia da soberania alimentar. Muito já se debateu sobre o que é a ofensiva capitalista sobre o campo em sua fase neoliberal e como se articula com um reforço do imperialismo. Trata-se de uma ofensiva marcada pela necessidade de estender o predomínio do mercado para controlar um conjunto de bens comuns, serviços e atividades humanas ainda fora do mercado, como a água, a biodiversidade. Esta ofensiva encontra um movimento de resistência vigoroso envolvendo vários setores, que é muito presente em nosso continente, tanto do ponto de vista dos indígenas, como dos camponeses/as: os zapatistas no México, os indígenas na Bolívia e Equador, os sem terra no Brasil e Paraguai etc. Nessa resistência são gestadas propostas alternativas de defesa da economia camponesa que se somam a outras da economia solidária e da economia feminista que colocam em cheque as normas do pensamento dominante. Todas essas questões associadas ao debate ecológico e de sustentabilidade ambiental trazem profundos questionamentos para os setores de esquerda em relação aos antigos esquemas de como superar as desigualdades. Ou seja, exigem o reconhecimento que os processos de desenvolvimento em nossos países não seguem necessariamente uma visão linear do desenvolvimento do capitalismo a partir do processo de industrialização. Os processos são mais complexos e, em nossas sociedades hoje, está colocado o desafio de pensar um projeto de sociedade que garanta soberania em todos os aspectos. Isso é crucial para superar a tentativa, nos marcos da globalização, de que se imponha um modelo de reprimarização de nossas economias, o que nos deixaria com um alto grau de dependência.

A trajetória de luta das mulheres no campo no período recente da história brasileira, desde os anos 70, mostra a força da reivindicação pelo reconhecimento como trabalhadora e como cidadã. Há que se destacar a luta para ser aceita como sindicalizada nos sindicatos dos trabalhadores rurais, a luta pelo acesso a previdência e à licença maternidade nos anos 80. Essas questões são centrais

para o questionamento da divisão sexual do trabalho e da visão de que as mulheres são destinadas apenas ao trabalho reprodutivo.

Como já foi apontado ainda é muito forte no campo o fato de que várias atividades produtivas das mulheres são vistas como extensão do trabalho doméstico. Porém é importante ressaltar que no movimento de mulheres esse tema é bastante abordado. Como consequência há várias redefinições no campo da agricultura familiar e camponesa. Uma é a compreensão que o quintal cumpre um papel importante para uma produção diversificada que é fundamental a garantia de soberania alimentar. Recupera também o conhecimento histórico das mulheres e sua contribuição para a defesa da biodiversidade. Essas práticas têm também um papel importante na resistência à agricultura de mercado e sua tentativa de homogeneizar a produção no campo. Toda essa experiência das mulheres contribui para reforçar desde a prática as formulações da economia feminista sobre a importância de ampliar a visão do que é econômico para além do mercado.

Outro aspecto fundamental da luta feminista no campo é a demanda pelo acesso à renda e isso se vinculou a várias outras questões, como o direito à documentação e o questionamento do homem como representante da família. De um lado defende o reconhecimento que a família não é uma unidade homogênea e está permeada por conflitos e interesses de gênero, em particular marcados por uma relação de poder desigual entre homens e mulheres. Por outro lado traz o debate da autonomia das mulheres, tanto econômica, como política e pessoal.

A luta pelo direito à remuneração colocou também para as mulheres a questão do seu direito de participar em todos os momentos da produção e comercialização. Portanto de acesso ao crédito, mas também das decisões sobre a produção e controle na comercialização. Isso é particularmente importante, pois historicamente no campo as mulheres trabalhavam na produção, mas geralmente não tinham acesso aos rendimentos do seus produtos que eram apropriados pelos homens. Hoje não podemos dizer que já se reverteu completamente essa situação, mas uma crescente conscientização em relação às mudanças necessárias.

A luta pela autonomia econômica das mulheres no campo passa também por suas reivindicações de garantia de acesso à propriedade da terra e de se beneficiarem do conjunto das políticas destinadas ao campo como a de assistência técnica. A demanda pela propriedade colocada pela Marcha das Margaridas e o governo federal efetivou tal reivindicação com a portaria 981/2003 do Incra que coloca a obrigatoriedade da titulação conjunta. Também é importante retomar aqui que outros movimentos de mulheres do campo tal como o MMC esteve nessa reivindicação do crédito bem como as outras reivindicações. As mulheres do MST e demais movimentos da Via Campesina

fazem mobilizações permanentes pelo direito à terra, o questionamento do agronegócio, dos transgênicos, das privatizações e a importância de visibilizar a produção feminina.

Uma questão a ressaltar sobre a plataforma das mulheres do campo é que em todos os setores há uma vinculação profunda entre as reivindicações consideradas especificamente femininas com aquelas entendidas como gerais. Por isso trazem como parte de sua agenda o tema da reforma agrária e a crítica o latifúndio, a questão ambiental e da água. Nessa plataforma também está com peso a necessidade de ampliação da infra-estrutura no campo e a garantia de políticas públicas tais como saúde e educação. Um aspecto muito positivo é que essas agendas não invisibilizam a questão da violência sexista, nem as reivindicações por igualdade de participação nos espaços de poder.

## **Conclusões**

Como fruto de um processo de luta e organização das mulheres no campo há processos de mudanças em curso, mesmo que ainda sejam muito incipientes. Sabemos que ainda falta muito para que se alcance um real reconhecimento econômico e de igualdade das mulheres. Essas mudanças ocorrem em um contexto marcado por contradições e de disputa sobre visões de desenvolvimento. Mas é central o fato de que no campo existem processos de resistência e de construção de alternativas populares. A contribuição das mulheres aporta com elementos centrais para o desenvolvimento de um projeto de soberania e afirmam que só será possível soberania popular se houver autonomia das mulheres.

Também é importante afirmar que a força dessa organização traz para o debate do conjunto dos movimentos várias aprendizagens. Uma primeira é que é necessário romper com hierarquia construída entre o urbano e rural e entender a complexidade das mudanças necessárias. Outra se refere ao lugar do trabalho doméstico e reprodutivo na agenda política. Coloca a necessidade que deixe de ser visto com um apêndice do debate, como se a medida que as mulheres avancem em sua autonomia econômica pudessem resolvê-lo. E, portanto, entender a dimensão da sustentabilidade da vida e a necessidade de redefinir os tempos de trabalho produtivo e reprodutivo, a importância de co-responsabilização dos homens, a estruturação aumento de serviços sociais, mas também construção de alternativas solidárias e coletivas.

Nesse sentido é necessário continuar o debate e busca de mudança do paradigma dominante na economia voltado para o mercado e fortalecer outras expressões da economia tais como solidária e camponesa, sempre considerando uma abordagem feminista. Para isso, deve ser reforçada na agenda feminista a necessidade de mudanças estruturais e de construção de novas relações sociais que implica em alterar a base material representada pela divisão sexual do trabalho.

A luta em termos de soberania alimentar representa um avanço na resistência ao capitalismo no campo e aponta uma importante alternativa para o debate de um projeto latino-americano que impulse a solidariedade entre os povos e a construção de políticas emancipatórias. As mulheres são sujeitos ativos nesse processo e um dos ganhos foi justamente se recolocarem como atoras econômicas. Nesse trajeto há a construção de alianças entre urbanas e rurais expressas principalmente na relação com a Marcha Mundial das Mulheres que trouxe uma aprendizagem mútua e contribuiu para construção de nova correlação de forças. Não é uma aliança apenas em nível nacional, mas um processo internacional que coloca na agenda política atual, de forma contundente a luta feminista contra um modelo de opressão de classe, raça e gênero.

### **Bibliografia**

- Bruschini, C. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado?, in Revista Brasileira de Estudos Populacionais. São Paulo, v.23, n. 2, p. 331-353, jul/dez. 2006
- Carrasco, C. Economia Feminista: una apuesta por otra Economía in Maria Jesus Vara (coord). Estudios sobre género y economía. Ec Akal, Madrid. 2006.
- Carrasco, C. Introducción: hacia una economía feminista in Carrasco, C (ed). Mujeres y Economía, Icaria Editorial. 1999.
- Gardiner, J. Los Padres Fundadores, in Carrasco. C (ed). Mujeres y Economía. Barcelona; Icaria, 1999.
- Kergoat, D. Relações sociais de sexo e divisão sexual do Trabalho, in Lopes, Marta Julia (e outras). Gênero e Saúde. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- Kergoat, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo, in Emilio, M e outras (org). Trabalho e Cidadania Ativa para as Mulheres. Coordenadoria Especial da Mulher/PMSP. São Paulo. Dez, 2003.
- Hirata, H. Trabalho Doméstico: uma servidão “voluntária” in Godinho, T e Silveira M. L. (org). Políticas Públicas e Igualdade de gênero. Coordenadoria Especial da Mulher/PMSP. São Paulo. 2004.
- Leon, M. Uma visão feminista sobre a economia e a globalização, in Ações das mulheres contra o jogo da OMC. São Paulo. SOF, REF, MMM, setembro. 2003.
- Nobre, M. Relações de Gênero e Agricultura Familiar. In: Nobre, M. e outras (org). Gênero e Agricultura Familiar. São Paulo, SOF, 1998.
- Nobre, M. Introdução a Economia Feminista in Nobre, M e Faria, N (org). Economia Feminista. Cadernos Sempreviva. SOF. São Paulo, 2002.

Siliprandi, E. Urbanas e Rurais, in Recaman, M e outras/os (org). A Mulher Brasileira nos espaços público e privado. Editora Fundação Perseu Abramo. São Paulo, julho de 2004.

PAULILO, Maria Ignez Silveira, “Trabalho Familiar: uma categoria esquecida de análise”, in Revista Estudos Feministas, 12 (1), janeiro/abril de 2004, p. 229-252.

Puleo, A. Filosofia e gênero: da memória do passado ao projeto de futuro, in Godinho, T e Silveira M. L. (org). Políticas Públicas e Igualdade de gênero. Coordenadoria Especial da Mulher/PMSP. São Paulo. 2004.